

ENSINO DE JORNALISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Gerson Luiz MARTINS¹

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre a perspectiva do conhecimento do jornalismo no âmbito dos cursos de formação universitária em jornalismo, suas dificuldades e perspectivas para implementação de ações que promovam a qualificação dos cursos e o desenvolvimento do conhecimento do jornalismo e do jornalismo como forma de conhecimento, baseado na perspectiva teórica apontada por Eduardo Meditsch no texto “O Conhecimento do Jornalismo”, publicado em 1992 pela editora da UFSC. O texto pontua as características atuais dos cursos, faz um análise das perspectivas teórica e técnica vividas pela formação superior em jornalismo e aponta possíveis diretrizes para uma abordagem mais voltada para a práxis, em que envolve, além do ensino, a pesquisa e a extensão como forma de promover a qualificação da formação.

¹Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo da UFMS, membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line da UFBA, presidente da Comissão Assessora da área de Comunicação do INEP/MEC e consultor ad-hoc do MEC na área de Jornalismo. Doutor e Mestre em Comunicação (USP).

Palavras-chave: Ensino de Jornalismo; Jornalismo; Curso de Jornalismo; Conhecimento do Jornalismo; Jornalista.

ABSTRACT

This work reflects on the perspective of the knowledge of journalism in the graduating courses of journalism, its difficulties and the possibility of implementing actions that promote the course qualification and the development of its knowledge and the journalism as a kind of knowledge, based on Eduardo Meditsch's theory, in the text "O Conhecimento do Jornalismo", published by UFSC, in 1992. The text points out the current characteristics of the courses. It also makes an analysis of the theoretical and technical perspectives present in the journalism courses and presents possible guidelines for an approach more directed to the praxis, which would involve, besides teaching, research and extension as ways to promote qualification.

Key words: *The teaching of journalism; journalism; journalism courses; the knowledge of journalism; journalist.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ensino de jornalismo vive um câmbio singular nestes tempos. Há alguns anos a demanda de estudantes para essa área profissional tem diminuído. Uma das causas está na abertura desmedida de cursos. A oferta maior de cursos distribuiu a demanda. Com exceção das instituições públicas que, de certa forma, ainda mantém uma demanda constante, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas começam a fechar cursos. De outro lado, a "desglamourização" da profissão também contribui para a diminuição da demanda. A situação do mercado profissional, os salários baixos e escassez da oferta de vagas, são fatores que denotam a redução dos cursos. Embora não exista, até o momento, uma pesquisa a respeito, uma observação empírica demonstra que muitos

egressos dos cursos de jornalismo optam por uma segunda ou até mesmo terceira atividade profissional/laboral, sejam como empregados ou como autônomos ou empresários. Todo esse cenário contrasta com uma tradicional forte demanda anterior. Os cursos de jornalismo estiveram, junto com medicina, direito e engenharias, entre os mais procurados, sejam nas instituições públicas ou privadas.

Não obstante a essa situação, a formação superior em jornalismo é condição importante para o ingresso numa atividade profissional extremamente relevante para a sociedade contemporânea.

Para qualificar a formação e, conseqüentemente, a atividade profissional faz-se necessária uma readequação das estruturas curriculares dos cursos de jornalismo que promovam o conhecimento do jornalismo pela *práxis*, que articula conhecimento teórico e capacidade de atuar, como enfatiza Kuezner (2002, p. 7), embora sob outra perspectiva, mas que vale para nossa reflexão, que:

fica explicitado o entendimento da necessidade de cursos com projetos pedagógicos intencionais e sistematizados, como espaços de aquisição do conhecimento teórico, a serem ministrados por pessoas que conheçam os processos produtivos referentes ao refino, o que asseguraria a relação entre teoria e práxis.

Importante destacar, em corroboração ao texto de Kuenzer, que são espaços de aquisição de conhecimento teórico e prático, que assegure a relação entre a teoria e a prática e não *práxis*, pois esta já define essa relação.

Entende-se, dessa forma, que a formação superior em jornalismo deve ser organizada, estruturada de maneira que os processos de ensino/aprendizagem possam ser definidos pelo conhecimento do jornalismo e, além disso, tratem o jornalismo como forma de conhecimento. Isso somente se realizará a partir de um projeto pedagógico que distribua as disciplinas de formação ao longo do curso e esteja pautada pelas práticas jornalísticas, em busca da inovação. Não há como manter projetos pedagógicos que reproduzam princípios e técnicas jornalísticas, mas necessariamente busquem a renovação e a inovação, seja no que diz

respeito à reflexão do fazer jornalístico, seja no que diz respeito às práticas ou técnicas desse fazer, sempre pontuado por um inerente e intrínseco intercâmbio entre essas duas situações.

O CONHECIMENTO DO JORNALISMO

Se o Jornalismo é produção de conhecimento, temos que revisar radicalmente a pedagogia de nossas escolas, que até agora o via só como forma de comunicação. Não basta formar comunicadores, é necessário formar produtores de conhecimento (MEDITSCH, 1992, p. 20).

O pensamento de Meditsch (1992) sintetiza apropriadamente a perspectiva que se deve ter no ensino de jornalismo. Há alguns anos, havia uma crítica às escolas de jornalismo que apenas ensinavam teorias distanciadas da realidade. Nestes tempos, a crítica está direcionada ao excesso de técnica (tecnicismo) que permeiam muitas estruturas curriculares.

VALORIZAÇÃO DA TEORIA SOBRE A TÉCNICA

Nilson Lage, no texto do prefácio do livro de Eduardo Meditsch, escreve sobre essa situação com um agravante, diz que “a teoria falece quando especialistas de diferentes áreas discursam sobre seus saberes para platéias perplexas de alunos, à espera de que, afinal, alguém lhes fale da tal de comunicação” (LAGE *apud* MEDITSCH, 1992, p. 14). Num dado momento, os cursos de jornalismo têm ênfase nas disciplinas teóricas, em consequência do crônico problema de infra-estrutura laboratorial e, algumas vezes, até mesmo em seu corpo docente e se dedicam no ensino das teorias, que, muitas vezes, fogem até mesmo da área, como afirma Lage (*apud* MEDITSCH, 1992), exatamente pela ausência de professores da área de/comunicação. Muitos cursos têm quase a totalidade, muitas vezes a totalidade de professores vindos da área de Letras, Direito, Administração e Filosofia.

Essa perspectiva está muito clara quando Lage (IDEM, p. 16)

afirma, no mesmo texto, que “as fabriquetas de diplomas demonstravam, na prática, a fluidez do conceito de comunicação, ensinando, sob esse rótulo, literalmente qualquer coisa”.

Apesar da situação contemporânea mais se exprimir pelo “tecnicismo”, é importante refletir sobre uma realidade decorrente da falência do mercado de trabalho nas empresas jornalísticas e de assessoria. Tornou-se comum entre estudantes de jornalismo em final de curso uma nova opção de colocação profissional. Percebe-se, a cada dia e cada vez mais, que muitos planejam seguir uma carreira docente. Ou seja, a docência em jornalismo é, agora, uma significativa opção para o egressos dos cursos de jornalismo. Em princípio, essa “nova” opção não é novidade, pois a Regulamentação Profissional do Jornalismo prevê a atividade da docência como uma das especialidades profissionais. No entanto, a forma como acontece o acesso a essa especialidade decorre dessa “falência profissional” e se dá pelas vias do academicismo. Os estudantes concluem a graduação, ingressam na pós-graduação, normalmente de acordo com os níveis da mesma, ou seja, mestrado e posteriormente doutorado, quando há possibilidades logísticas para a frequência. Entre a graduação e a pós-graduação, doutorado, o estudante, jornalista não participou de qualquer experiência profissional no tocante às empresas ou instituições jornalísticas. Quando esses “professores” ingressam no ensino se dedicam às disciplinas da parte teórica, pois se sentem mais seguros e têm maior qualificação para isso; e quando, eventualmente, se dedicam às disciplinas de formação técnica “falam” sobre experiências bibliográficas, têm na literatura técnica em jornalismo sua base de ensino.

Meditich (1992, p. 20) se apropria qualificativamente dessa situação quando diz que:

de outro lado, temos os “teóricos”, que repetem aos alunos conceitos que aprenderam de diversas disciplinas científicas. Esses analisam a mesma parede espiando do outro lado da rua. A casa em que os teóricos moram lhes parece mais bem construída e acolhedora, e por isso não conseguem ocultar o desprezo pelo esforço dos jornalistas práticos em manter de pé a sua. Em vez de atravessar a rua, enfrentando as intempéries, convidam os práticos a compartilharem do conforto da morada que se recusam a deixar.

Essa realidade ainda possui outro agravante: muitos egressos dos cursos de jornalismo, por dificuldades econômicas e sem apoio institucional, freqüentam programas de pós-graduação em outras áreas. É comum encontrar, no corpo docente dos cursos, professores que possuem a graduação em jornalismo, mas mestrado, e em raras vezes doutorado, em educação - maior freqüência -, ciências sociais, letras, além de outras áreas com menor afinidade com o jornalismo, quais sejam administração, multidisciplinares em desenvolvimento e na área de desenvolvimento rural. No período de freqüência nesses cursos, o neo-jornalista produz artigos, trabalhos, participa de seminários, congressos ou simpósios na área em que realiza a pós-graduação, foge completamente dos estudos de jornalismo.

A situação mencionada implica a necessidade de aumento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, minimamente em comunicação e preferencialmente em jornalismo.

Há muitos cursos de jornalismo no Brasil que não possuem professores formados em jornalismo. Há vários outros cujos professores, poucos, são formados na área de comunicação, mas em outros campos profissionais. O aumento exacerbado da oferta de cursos de jornalismo provocou uma situação inusitada na formação.

Não obstante essa situação, os estudantes têm uma orientação firme no que diz respeito à identidade profissional, “ser jornalista”, também apontada por Traquina (2005, p. 24) quando relata que:

os jornalistas partilham, com variações de intensidade, um sistema de valores que fornece uma identidade clara do profissional, de tal modo que a tribo jornalística é transnacional.

Uma orientação que contrasta com as perspectivas induzidas pelo conjunto dos professores, o que leva a crises profundas de identidade. Tem-se uma perspectiva que podemos chamar de “profissional” (redação, TV, internet, rádio), mas são constantemente “bombardeados” com temas teóricos sem conexão com a realidade que vivem ou que tem perspectiva para desenvolverem. Não há um desenvolvimento do conhecimento pelo jornalismo, tampouco o desenvolvimento do próprio jornalismo. Nessas

afirma, no mesmo texto, que “as fabriquetas de diplomas demonstravam, na prática, a fluidez do conceito de comunicação, ensinando, sob esse rótulo, literalmente qualquer coisa”.

Apesar da situação contemporânea mais se exprimir pelo “tecnicismo”, é importante refletir sobre uma realidade decorrente da falência do mercado de trabalho nas empresas jornalísticas e de assessoria. Tornou-se comum entre estudantes de jornalismo em final de curso uma nova opção de colocação profissional. Percebe-se, a cada dia e cada vez mais, que muitos planejam seguir uma carreira docente. Ou seja, a docência em jornalismo é, agora, uma significativa opção para o egressos dos cursos de jornalismo. Em princípio, essa “nova” opção não é novidade, pois a Regulamentação Profissional do Jornalismo prevê a atividade da docência como uma das especialidades profissionais. No entanto, a forma como acontece o acesso a essa especialidade decorre dessa “falência profissional” e se dá pelas vias do academicismo. Os estudantes concluem a graduação, ingressam na pós-graduação, normalmente de acordo com os níveis da mesma, ou seja, mestrado e posteriormente doutorado, quando há possibilidades logísticas para a frequência. Entre a graduação e a pós-graduação, doutorado, o estudante, jornalista não participou de qualquer experiência profissional no tocante às empresas ou instituições jornalísticas. Quando esses “professores” ingressam no ensino se dedicam às disciplinas da parte teórica, pois se sentem mais seguros e têm maior qualificação para isso; e quando, eventualmente, se dedicam às disciplinas de formação técnica “falam” sobre experiências bibliográficas, têm na literatura técnica em jornalismo sua base de ensino.

Meditsch (1992, p. 20) se apropria qualificativamente dessa situação quando diz que:

de outro lado, temos os “teóricos”, que repetem aos alunos conceitos que aprenderam de diversas disciplinas científicas. Esses analisam a mesma parede espiando do outro lado da rua. A casa em que os teóricos moram lhes parece mais bem construída e acolhedora, e por isso não conseguem ocultar o desprezo pelo esforço dos jornalistas práticos em manter de pé a sua. Em vez de atravessar a rua, enfrentando as intempéries, convidam os práticos a compartilharem do conforto da morada que se recusam a deixar.

circunstâncias, é possível afirmar que os egressos tornam-se profissionais generalistas que sabem muito e dominam pouco.

VALORIZAÇÃO DA TÉCNICA SOBRE A TEORIA

Nos últimos anos, muitos pesquisadores, profissionais e educadores criticam os cursos de jornalismo pelo excesso de tecnicismo. O argumento prevalece quando inúmeros neo-jornalistas apresentam precariedade de conhecimento em ciências sociais ou humanas e justifica a tentativa de desqualificar a formação em jornalismo e consolidar a formação em comunicação, abrangendo para a área de ciências humanas; argumento largamente utilizado pelos burocratas e técnicos do ministério da Educação para implementar a reforma da educação superior. Contudo a crítica é superficial e precária. Na realidade das escolas de jornalismo, hoje cerca de 470 em todo Brasil, existe uma parcela significativa que possui precária estrutura laboratorial, que, em tese, denotaria o tecnicismo alardeado. Boa parte das instituições, para suprir as deficiências laboratoriais, dão ênfase ao módulo teórico dos cursos. As instituições privadas vêm com bons olhos o projeto de Reforma do Ensino Superior do governo, pois as sublimaria de investimentos nas infra-estrutura dos cursos.

De outro lado, há uma parcela de cursos que estão preocupados em atender ao “mercado”. Para isso, independente das condições laboratoriais, investem no módulo técnico dos cursos. Em alguma medida, muito pequena, se justifica a crítica sobre cursos com forte ênfase na técnica. Os estudantes desses cursos ficam restritos à técnica pela técnica e não refletem o desenvolvimento do jornalismo. Novamente, o investimento em pesquisa é o que determina a qualidade da formação. Naqueles cursos onde há pesquisa, há uma relação direta com a qualidade da formação e dos egressos. Como se diz: “não podemos continuar a ensinar jornalismo como se fazia há mais de 50 anos”. É imperativo que as escolas promovam o desenvolvimento da atividade, como acontece nas outras áreas, onde, no Brasil, o desenvolvimento se dá por meio da pesquisa universitária. A situação é bem descrita por Adelmo Genro Filho (*apud* MEDITSCH, 1992, p. 32), quando defende um Jornalismo crítico que tenha a mesma competência, com a mesma técnica do Jornalismo conservador.

O conhecimento do jornalismo não se desenvolve no acúmulo de técnicas ou na sua reprodução. Uma formação que tenha como base o treinamento técnico não vai contribuir para o desenvolvimento do Jornalismo. Também é contumaz uma afirmação, para os recém-ingressos nos cursos:

que aqueles que quiserem aprender técnicas de jornalismo, não há necessidade de frequência num curso universitário, pode-se fazer um curso de extensão em alguma das várias instituições de respeito que oferecem cursos de técnica de jornalismo, onde se ensina basicamente a técnica do lide e a estrutura da pirâmide invertida e as formas de captação da informação.

No caso do jornalismo, em que a regulamentação profissional sofre inúmeros reveses ao longo dos anos e que muitos “profissionais” não possuem a formação universitária, pode, em alguns casos, bastar a aprendizagem das técnicas para se habilitar na área. E mesmo assim, essa situação não contribui para o desenvolvimento da atividade. Os “técnicos” em jornalismo apenas reproduzem, sem qualquer senso crítico, os instrumentos de trabalho, que acabam por comprometer a credibilidade profissional na comunidade.

O CONHECIMENTO DO JORNALISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DA ATIVIDADE

O conhecimento do jornalismo, no que diz respeito ao aspecto do ensino e da pesquisa, é condição para o desenvolvimento da atividade. Groth (*apud* MAROCCO e BERGER, 2006) escreve sobre uma “ciência do jornal”, embora respaldado pelas ciências gerais da sociedade (sociologia e estatística) e de mais outras ciências consideradas “auxiliares”, como economia, trânsito, ciência política, direito, literatura, filosofia e psicologia. Marocco e Berger (2006) ainda relatam o quadro das chamadas *social theoris*, “dando pistas das epistemês endógenas que se dedicarão a epistemologizar o campo jornalístico”. Citam Park, que:

considera a notícia uma forma elementar de conhecimento. Dotada de um

contexto interpretativo, que se pode conseguir observando períodos de tempo extensos e através de técnicas quantitativas e qualitativas precisas inerentes ao que considera 'jornalismo de precisão'. Caracteriza-se por proporcionar um tipo de conhecimento diferente do conhecimento histórico (anuncia os fatos, não os interpreta), é efêmera, dirige a atenção para determinados fatos, trata de fatos inusitados, é um documento público, tem valor noticioso intrínseco, é potencializada pelo desenvolvimento da ciência e da técnica. (MAROCCO e BERGER, 2006, p. 13-14).

Meditich (1992, p. 54) afirma que “ciência e jornalismo são formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista”. Essas condições para o conhecimento do jornalismo não se desenvolve nos estudos teóricos da comunicação e tampouco nos treinamentos técnicos. O ensino de jornalismo deve voltar-se para a pesquisa, para desenvolver a atividade jornalística e proporcionar às empresas, profissionais, instituições, sociedade o que pode ser chamado de qualificação jornalística ou do jornalismo. Qualificação que não fica e não pode ficar somente no aspecto tecnológico. Se afirmam que o jornalismo se desenvolveu nos últimos 10 anos com base no desenvolvimento tecnológico, seja pela rede mundial de computadores, seja pelas novas formas estéticas ou ainda de relação com a sociedade, representado pelo leitor, telespectador, internauta ou radio-ouvinte, pode-se dizer que essa evolução é mínima. Em todos esses processos estão implícitos procedimentos matrizes inaugurados na primeira metade do século XX. De lá para cá, apenas o suporte tecnológico avançou, com as devidas adaptações a cada suporte. No entanto há uma “luz” no começo do século XXI, a partir de esparsos movimentos de epistemologia do jornalismo que se realiza esporadicamente em grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação mais afinados com o campo do jornalismo.

No que diz respeito à formação, ao ensino de jornalismo o conhecimento deve se traduzir na pesquisa e na extensão. Os professores de jornalismo têm consciência de que não há como reproduzir, no âmbito das escolas, as condições de “treinamento”, até certo ponto mesmo de aprendizagem realizados pelos ambientes profissionais. A dinâmica dos

procedimentos é completamente diferente. No entanto, no Brasil, nos ambientes profissionais, salvo honrosas exceções, não há possibilidade de desenvolvimento da atividade, na melhor das hipóteses se realizam cursos para uso de ferramentas, equipamentos. O desenvolvimento do jornalismo, o conhecimento do jornalismo deve ocorrer no ambiente acadêmico, sob as características da pesquisa apoiadas na extensão.

Medina (1982, p. 91) faz uma interessante e significativa afirmação sobre a relação dos processos produtivos do mercado com os processos acadêmicos. Diz ela que:

o repertório de congressos e de semanas de comunicação e jornalismo, em geral, dá uma mão a Deus e outra ao diabo. O exemplo disso, é que enquanto se discutem estas posições críticas das sociedades dependentes, chamam-se profissionais altamente cotados no mercado para contar os segredos do “êxito” que atingiram nas grandes empresas da indústria cultural.

Sobre os processos de treinamento realizados pelas empresas jornalísticas, Marcelo Beraba, jornalista da *Folha de S.Paulo*, enquanto membro da Comissão que administra o Folha Treinamento, relata que o curso, além de treinar os alunos nos processos de produção do jornal, faz uma orientação sobre a linha político-editorial da empresa. No sítio web do programa está definida essa perspectiva, diz:

O programa de treinamento é um curso intensivo de jornalismo diário que dura cerca de três meses, em período integral. É uma das melhores maneiras de aprender a fazer jornal, conhecer a rotina e os profissionais da Folha e capacitar-se a trabalhar na Redação. [1]

Nesse curso, assim como nos demais em atividade, há uma reprodução das técnicas jornalísticas sem qualquer perspectiva de aprimoramento ou desenvolvimento do jornalismo, muito menos do conhecimento do jornalismo.

Na ponta do ensino superior, onde se pode desenvolver a pesquisa como parâmetro para o aprimoramento profissional e social, cabe destacar a afirmação de Machado (2007, p. 16) quando diz que “quanto menos a pesquisa estiver integrada ao ensino-aprendizagem, menos chances haverá de

utilizar a digitalização como oportunidade para romper-se com o paradigma da aula reprodutiva”. E acrescenta: “sem incorporar a pesquisa como atitude cotidiana o aluno e o professor acabam por renunciar à capacidade de reconstruir o conhecimento e contribuir no processo social da inovação”.

Na obra *Profissão Jornalismo: responsabilidade social*, Medina (1982, p. 11) chama atenção para as relações entre o ensino e a atividade profissional e diz que:

no afã de se integrarem (estudantes) na vaga ocupacional (empresas), aprendem aos trancos e barrancos as fórmulas mais primárias da linguagem profissional, fixam-se nelas, ingressam numa mediocridade inconsciente e se rotinizam, no mínimo sem nunca aspirar - nem por curiosidade - a dinâmica da inovação.

O JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO

Considera-se importante nesta reflexão destacar a produção jornalística como forma de conhecimento, ou seja, é por meio do jornalismo que a sociedade em geral, as pessoas em particular conhecem o mundo, conhecem as “coisas” do mundo. Essa referência é descrita por Meditsch (1992, p. 80) quando trata da “contradição no Jornalismo” e diz que:

a contradição principal do Jornalismo, tal como é praticado em situações como a brasileira, é ser, por um lado, produção social de conhecimento - portanto, atividade intrinsecamente criadora - e, por outro, mercadoria produzida industrialmente para gerar lucros aos monopólios que controlam a produção - portanto, atividade submetida.

O ensino de jornalismo deve se pautar pela perspectiva da produção social do conhecimento e não simplesmente como “processo industrial” de produção da informação. Assim, acrescenta Meditsch (1992, p. 81):

o ensino do Jornalismo só pôde atingir a competência através de uma pedagogia que coloque em prática teoria do conhecimento com suficiente amplitude para abarcar as contradições vividas. E, dessa forma, que se proponha a formar profissionais efetivamente críticos e competentes, criativos e capazes de transformar a realidade.

Formação que acontece quando os sujeitos aprendem e realizam processos de pesquisa como elemento fundamental para a produção jornalística e também para a qualificação da atividade. Medina (1982, p. 143) diz que “a renovação das rotinas de trabalho depende do domínio técnico e crítico das mesmas, domínio esse que dá *asas à criação* (grifo nosso)”.

Meditsch (1992, p. 81) complementa a reflexão, ao afirmar que:

apenas uma teoria dialética do conhecimento tem tal abrangência, e justamente por esta amplitude é que pôde definir o Jornalismo como forma de produção de conhecimento e não como zona de sombra à margem de seu sistema lógico. Ao reportar o mundo, o jornalista cria e recria conhecimento. A partir dessa constatação, mais do que um curso de comunicação, a formação do jornalista requer um curso de criação e comunicação do conhecimento.

O processo de constituição de um conhecimento do jornalismo ou do jornalismo como forma de conhecimento acontece por meio de uma teoria do jornalismo a ser discutida, implementada e organizada nas estruturas curriculares. A partir da reflexão e das discussões sobre as teorias do jornalismo, é possível, no cotidiano da formação, estabelecer elos para que professores e alunos possam implementar um conhecimento do jornalismo, uma epistemologia do jornalismo e, possivelmente, construir novas possibilidades do fazer jornalístico.

Da mesma forma, entende-se como primordial estabelecer um intercâmbio e integração entre as atividades curriculares das ciências sociais, da comunicação e do jornalismo. Como ressalta Meditsch (1992, p. 87):

da mesma forma, não parece racional desperdiçar a motivação dos alunos adiando um contato com o ensino profissionalizante que os trouxe à universidade. A motivação fundamental ao aprendizado, e o fim do caráter introdutório das matérias do ensino básico no currículo, com um redistribuição equilibrada dos conteúdos de formação teórica ao longo do curso, permite o contato com as práticas desde o início, otimizando o interesse dos estudantes.

Nesse aspecto, também é importante ressaltar que diversos cursos de jornalismo se propõem a realizar a revisão das estruturas curriculares e adequar às demandas da “clientela”. Passaram por essa reformulação, no que diz respeito às IFES, os cursos da UFSC (com maior antigüidade), UFMS (que deverá ser implantado em 2009), UFRN (embora numa perspectiva diferenciada, na linha da ciência da comunicação), UFPR, UFRJ e UFPE.

De outro lado, por razões de política educacional, mais propriamente comercial de algumas Instituições de Ensino Superior privadas, mantém-se cursos sob a ditadura da Resolução 02/85 que definia o currículo mínimo dos cursos da área de comunicação, que na prática se tornavam o máximo.

Com a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, o MEC/Inep sinalizou com a possibilidade de alteração da nomenclatura dos cursos. As IES têm liberdade para transformar seus antigos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo em Cursos de Jornalismo.

Para o processo de avaliação de cursos, seja para autorização (faculdades), reconhecimento ou renovação de reconhecimento, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) trabalha com a classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [2] que estabelece 14 habilitações: Cinema e Vídeo, Comunicação Social: redação e conteúdo, Informação: redação e conteúdo, Jornalismo, Noticiário e Reportagem, Produção Editorial, Publicação: disseminação de mensagens, Rádio e Telejornalismo, Radialismo, Marketing e Propaganda, Mercadologia: marketing, Pesquisa de Mercado, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. Essa profusa classificação sustenta as possibilidades de inovação na denominação dos cursos. Infelizmente, existem vários cursos que utilizam as denominações citadas, autorizados a funcionar e outros em funcionamento, principalmente como cursos de tecnologia que têm duração de dois anos.

Se depender da mudança de denominação do curso, aliado à revisão das estruturas curriculares, para que se possa implementar um processo de conhecimento do jornalismo, conforme o entendimento definido pelo

professor Eduardo Meditsch, os dirigentes e os gestores das IES podem iniciar o processo. Entende-se que a mudança da denominação, mais do que uma simples alteração, pode ser uma matriz para que os professores e gestores dêem partida a um processo de qualificação do ensino de jornalismo e, provavelmente, uma revitalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do processo de formação superior em jornalismo ainda não traz alentos quanto à qualificação dessa formação no que diz respeito às perspectivas da sociedade contemporânea. Em algum momento percebe-se uma, diríamos, evolução do processo, mas no momento seguinte, e principalmente a partir das crises econômicas, um retrocesso. No último ano, muitos cursos de comunicação, habilitação em jornalismo experimentaram um retrocesso em sua perspectiva de melhoria. Depois de vários anos com oferta de vagas em classes independentes, ou seja, em classes de jornalismo, muitas escolas retomaram a oferta em classes conjugadas com outras áreas da comunicação. Alunos entram na universidade, neste caso, nos cursos de comunicação em turmas mistas. Embora realizem o processo vestibular para Jornalismo, compartilham no primeiro ano a sala de aula com estudantes que optaram por publicidade/propaganda ou outro curso. Esse fato significa um ajuste das estruturas curriculares, que se organizam de forma a oferecer as disciplinas comuns às habilitações envolvidas, em descompasso com uma perspectiva inovadora da formação jornalística pautada pela distribuição das disciplinas específicas (teóricas, técnicas ou ainda teórico/práticas) ao longo do curso.

A pesquisa em jornalismo, campo consolidado nos últimos anos no país, deve estar atenta a essa situação. Afinal, a maioria dos pesquisadores em jornalismo desenvolvem suas atividades no âmbito da graduação. Essa pesquisa não crescerá se os projetos pedagógicos invertem a tendência que tinham nesses anos. De outro lado, toda a pesquisa produzida sobre o ensino de jornalismo não encontrará ressonância nessa situação. Às instituições privadas, muitas vezes, não interessa uma qualificação da formação para atrair demanda, mas simplesmente a redução de custos para

manter os cursos em oferta. Exatamente por ser uma área profissional que definha, os empresários vislumbram uma queda acentuada da demanda de alunos e não vão investir na qualificação dos cursos.

Do lado das instituições públicas, apesar dos bons resultados nos processos de avaliação de ensino - basta observar as notas do chamado “provão” ou, recentemente, do Enade obtida pelos cursos das instituições públicas - a situação, em boa parte das escolas, é crítica, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura e corpo docente. Essa situação também precariza e dificulta a implementação de uma pedagogia focada no conhecimento do jornalismo.

Em ambas situações, os caminhos a percorrer ficam delimitados para o desenvolvimento da pesquisa aplicada e das parcerias com as instituições privadas. Como afirmado, cabe à universidade, no Brasil, produzir conhecimento e implementar o desenvolvimento social por meio da pesquisa aplicada. No caso do jornalismo, a universidade está atrasada. Pouca contribuição tem sido aplicada no desenvolvimento do jornalismo. Essa é uma situação muito recente. Durante muitos anos, a pesquisa na área teve pouquíssima aplicação social. Ela ocorreu muito mais para descobrir os meandros dos processos de comunicação, realidade que colocou em oposição teoria e prática, instituições públicas e instituições privadas.

De qualquer forma, pode-se dizer que temos uma ciência do jornalismo, um campo definido e que se deve implementar projetos, ações, atividades para o desenvolvimento do jornalismo que busquem o bem estar da sociedade. Somente com projetos nessa perspectiva, o campo, os pesquisadores e professores terão melhores condições de subsídio para o seu trabalho.

Meditich (1992, p. 89) destaca, apropriadamente, a situação quando trata do aprimoramento do jornalismo e afirma que:

a especialização que se faz necessária é aquela em torno do objeto Jornalismo, sem perder de vista a sua relação dialética com os processos humanos mais amplos, mas igualmente sem se perder neles. Espera-se, dessa perspectiva, que um profissional que domine teoricamente a atividade jornalística esteja em melhores condições de ser jornalista e de aprimorar sua prática.

E continua: “isso não significa abandonar a Ciência. Pelo contrário, a especialização da nossa teoria busca estudos mais sérios e mais rigorosos sobre Jornalismo” (IDEM, 1992, p.89).

NOTAS

[1] Conforme: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/>> [Acesso em: 22.março.2007].

[2] Conforme: <www.oecd.org> [Acesso em: 22.março.2007].

REFERÊNCIAS

KUENZER, A. Z. “Conhecimento e competências no trabalho e na escola”. In: *Boletim Técnico do SENAC*, Volume 28, número 2, Rio de Janeiro: SENAC, maio/agosto/2002. também disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/282/boltec282a.htm>> [Acesso em 22.março.2007].

MACHADO, E. & PALÁCIOS, M. (org.) *O ensino de jornalismo em redes de alta velocidade. Metodologias & softwares*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MAROCCO, B. & BERGER, C. *A era glacial do jornalismo. Teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MEDINA, C. *Profissão Jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

MEDITSCH, E. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005. Vol. 2.